

REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO: DO CINTURÃO CAIPIRA AO VERDE E CINZA

DIAMANTINO PEREIRA, GERARDO KUNTSCHIK, ANA PAULA G. VALDIONES
IVINI V. R. F. FERREIRA, RENATO ABDO

INTRODUÇÃO

Ao norte a Serra da Cantareira, ao sul a área de proteção aos mananciais e ao leste, na direção do Alto Tietê, uma imensidão sem fim. A área edificada da metrópole vai se expandindo, tenta moldar a natureza circundante à sua estética e seu modo de vida e nada parece ser obstáculo suficiente para frear a expansão. Se existe um rio com suas várzeas no caminho, aterrem-se as várzeas e retifique-se o rio, pois se considerava um desperdício esse negócio de um rio ficar serpenteando de um lado para o outro sem nenhuma objetividade.

As encostas da Cantareira se constituem como obstáculo, mas também como solução quando se trata, por exemplo, do abastecimento de água.

A cidade cresce e com ela a necessidade de abastecimento de produtos alimentares.

O mais importante desenvolvimento verificado no meio rural dos arredores paulistanos entre 1915 e 1940 foi a expansão conhecida pela agricultura comercial destinada ao abastecimento da capital. Esta expansão compreende ampliações e diversificações. Toma corpo a horticultura, a fruticultura e a floricultura. Estrutura-se o Cinturão Verde em volta de São Paulo. (LANGEBUCH, 1968).

E o Cinturão Verde se estrutura e vai sendo empurrado cada vez mais para áreas mais distantes, mas não muito longínquas pois a proximidade do

grande mercado consumidor é sedutora, sobretudo em relação aos custos de transporte.

O espaço se transforma em suas relações e em suas localizações. Apresenta limites e contingências e destacaremos algumas delas neste texto.

A FACE NORTE DO CINTURÃO VERDE

O Cinturão Verde da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) tornou-se um território múltiplo, chão repleto de histórias e regionalidades decorrentes dos seus múltiplos usos antrópicos, onde coexiste uma grande diversidade de comportamentos e decisões que não devem ser pensados de forma homogênea.

A sobrevivência de um vulnerável tecido florestal e áreas rurais e a ocorrência de regiões periurbanas no entorno da RMSP, após diversos ciclos de desmatamento (mineração, cafeeiro e urbano/industrial) remete-nos obrigatoriamente a história da devastação da Mata Atlântica que já abrigou Guarus, Guaranis, famílias de agricultores e migrantes de todos os cantos do Brasil e do mundo

A especificidade da face norte do Cinturão Verde da cidade de São Paulo é a existência de um núcleo florestal que se diferencia de todo o restante, principalmente o processo de constituição do Parque Estadual da Cantareira, cuja história ambiental tem sido pautada por um conjunto de decisões relacionadas ao crescimento da MetrÓpole Paulistana.

Desde o final dos anos 80, a Cantareira, concentrou grande parte do movimento ambiental em favor da criação do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo.

A partir do século XVI os tropeiros¹, ao abrirem trilhas nessa região passaram a denominá-la como Serra da Cantareira², devido ao grande número de nascentes e córregos e ao costume de armazenar a água em cântaros mantidos em prateleiras também chamadas de *Cantareiras*.

1 A palavra “tropeiro” deriva de tropa, numa referência ao conjunto de homens que transportavam gado e mercadoria desde o Brasil colônia. Durante 250 anos os tropeiros foram responsáveis por toda a comercialização e transportes de produtos e informações no Brasil.

2 Cantareira é o nome incorporado à região da serra desde os séculos XVI.

De acordo com Langenbuch (1968), as trilhas abertas pelos tropeiros não apenas exerceram um importante papel no povoamento rural, como atuaram como eixo da expansão urbana futura de São Paulo. Seus estreitos caminhos, por onde passavam com gado e mercadorias determinaram o traçado de importantes vias que cortaram região.

A partir do final do século XIX, após longos anos de discussão pública sobre qual seria o melhor manancial para construção do sistema de água encanada que viria a substituir o então “comércio de águas” dos aguadeiros³ por uma “indústria da água”, decidiu-se pela região Cantareira.

O projeto de canalização das águas da Cantareira emergiu como símbolo de um novo tempo, um modelo de modernização urbana a ser seguido pelas outras cidades brasileiras. Em suas primeiras propagandas, seus idealizadores, aproveitando o significado atribuído pelos tropeiros à palavra cantareira, divulgavam:

... denominemos de COMPANHIA CANTAREIRA, isto porque a água deverá ser primeiramente reunida nos grotões da serra, afim de que, canalizada, seja trazida para a cidade. E como toda captação de qualquer líquido, especialmente a água, se faz em cântaros, a sociedade construirá tantas Cantareiras ou reservatórios, quantos necessários ao consumo da população. (BRITTO, 1999).

Ainda que tenha sido principalmente a produção cafeeira responsável pelo desmate sem precedentes da região que foi se regenerando com muito sucesso após a criação da Reserva Cantareira, a relação entre a industrialização e a urbanização imprimiu ao território mudanças num outro nível, que viriam, definitivamente, transformar os antigos modos produção rural, enquanto a cidade que saltava, vertiginosamente, de 65 mil habitantes na da última década do século XIX para um pouco mais de 10 milhões de habitantes ao final do século XX., Com a estatização da empresa em 1893 e com o início da construção do primeiro reservatório na serra, entrou em ope-

3 Segundo Santa'ana (2007), as classes mais abastadas usufruíam de sistemas de abastecimento particulares ou dos serviços dos aguadeiros, enquanto, entre a população mais pobre, restava abastecer-se nos chafarizes públicos, as famosas “biquinhas” em meio a conflitos que envolviam escravos, zeladores de chafarizes, aguadeiros e guarda pontes, profissões hoje extintas, mas que naquela época faziam parte do cotidiano da cidade.

ração um tramway de serviços que na subida carregava os materiais para a construção do reservatório e, na descida, pedras⁴ para o calçamento das vias urbanas e construção civil necessários para o crescimento do núcleo edificado da cidade. Dessa forma, a floresta Cantareira passou a servir à população urbana, tornando-se uma das maiores florestas urbanas do mundo ao lado da Tijuca no Rio de Janeiro e Mumbai na Índia.

Na base econômica do “tecido urbano” aparecem fenômenos de outra ordem, num outro nível, o da vida social e “cultural”. Trazidas pelo tecido urbano, a sociedade e a vida urbana penetram nos campos. Semelhante modo de viver comporta sistemas de objetos e sistemas de valores. Os mais conhecidos dentre os elementos do sistema urbano de objetos são a água, a eletricidade, o gás (butano nos campos) que não deixam de se fazer acompanhar pelo carro, pela televisão. (LEFEBVRE, 1991)

No percurso do Tramway Cantareira da década de 60 (década do seu desmonte), existia uma grande quantidade de acessos às pedreiras, estações, pontos de parada, desvios e ramais que operavam simultaneamente com a linha de bondes e ônibus.

Já nas primeiras décadas do século XX, a RMSP apontava para se tornar o principal polo industrial do Brasil sem que o transporte público, restrito a linhas de bondes e o sistema de água e esgoto pudessem suprir a demanda do setor industrial e chegada de grande quantidade de migrantes vindos de todas as partes do mundo. Como bem observa Souza e Silva:

Dentre os principais deflagradores das transformações urbanas ocorridas no período nos arredores de São Paulo e, especialmente, na zona norte da cidade, destacam-se as alterações nos sistemas de transportes urbanos, com a operação dos auto-ônibus, bem como o crescimento demográfico e o aumento da demanda habitacional por parte da população de baixa renda. (SILVA, 2005)

4 Entre os elementos de alavancagem do processo de urbanização encontram-se certamente nas atividades de exploração dos recursos minerais e hídricos. Os primeiros bairros do pé da serra (distrito de Tremembé) foram formados por operários das pedreiras.

Em decorrência do crescimento do Parque Industrial nos anos 50 as dinâmicas do crescimento econômico geraram um processo de urbanização extensiva e segregação sócio espacial que levou grande massa de trabalhadores dos campos para as periferias das grandes cidades. A urbanização extensiva impactou profundamente a economia e a sociedade paulistana que levou a uma diminuição sensível da população ocupada com as atividades agropecuárias nas áreas mais próximas da capital.

Com o grande êxodo rural e aumento da população, o tecido urbano e florestal começaram a se tangenciar e interpenetrar, promovendo no entorno das florestas modos de vida periurbanos mais ou menos degradados, onde a “ocupação urbana irregular de áreas rurais desativadas nos esporões da Serra da Cantareira consolidou um tecido urbano no qual, à dificuldade de acesso a serviços e infraestrutura, somou-se um quadro grave de degradação ambiental” (SILVA, 2005).

Com o desenvolvimento urbano, o Cinturão Verde foi-se tornando cada vez menos agrícola, sendo cada vez mais escassa a agricultura tanto na região Sul quanto na região Norte de São Paulo. O desenvolvimento dos setores secundários e terciários e sua violenta sobreposição sobre os antigos usos produtivos dos territórios culminaram na degradação do antigo Cinturão Caipira, conhecido, anteriormente, por abrigar áreas hortifrutigranjeiras que produziam alimentos básicos para a população paulistana. O cinturão caipira se dispersou, se degradou e se transformou, sem todavia desaparecer por completo.

Entre as malhas do tecido urbano persistem ilhotas e ilhas de ruralidade [...]. A relação “urbanidade- ruralidade”, portanto, não desaparece; pelo contrário, intensifica-se, e isto mesmo nos países mais industrializados interfere com outras representações e com outras relações reais: cidade e campo, natureza e facticidade, etc. Aqui ou ali, as tensões tornam-se conflitos, os conflitos latentes se exasperam; aparece então em plena luz do dia aquilo que se escondia sob o “tecido urbano. (LEFEBVRE, 2008)

O QUE RESTOU DA AGRICULTURA (HOJE DENOMINADA COMO URBANA E PERIURBANA) NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Realmente não desapareceu por completo, mas isso quase aconteceu. Em trabalho sobre os bairros e subúrbios rurais da metrópole, Oliveira (2004)

relata que, em 1954, São Paulo tinha três milhões de habitantes e que nas últimas décadas a expansão urbana tratou de acabar com os muitos sítios e chácaras que havia em sua área territorial. No entanto, existem ainda no município de São Paulo unidades de produção agropecuárias que resistem ao processo de expansão da mancha urbana. O município conta hoje com aproximadamente 440 agricultores localizados principalmente na região sul, mas com alguma presença também em áreas da região leste e norte. Somadas, as áreas chegam a cinco mil hectares, mas uma parcela considerável dessa área é constituída por reservas florestais, sobretudo na região sul⁵.

As famílias envolvidas com a atividade agrícola no município, não correspondem aos padrões convencionais das áreas agropecuárias. Se por um lado elas enfrentam as mesmas limitações impostas à agricultura familiar no Brasil, por outro sofrem ainda o embate com a questão imobiliária extremamente deletéria para atividade agrícola na região (FERNANDES, 2006).

A agricultura urbana e periurbana desenvolvida no município de São Paulo é bastante heterogênea, tanto pelos sistemas produtivos desenvolvidos e pelo contexto das regiões em que se insere, quanto pelos aspectos socioeconômicos dos produtores. Entretanto, existe um predomínio no que toca ao desenvolvimento das atividades agrícolas nas áreas periféricas à cidade, regiões que frequentemente se configuram por serem áreas com baixa oferta de empregos, apresentarem taxas de crescimento populacional elevadas e por exibirem indicadores sociais com valores abaixo da média municipal. Ao mesmo tempo, muitas dessas periferias salvaguardam remanescentes florestais e áreas de mananciais importantes, configurando-se como áreas que frequentemente se deparam com conflitos socioambientais.

A maioria dos produtores agrícolas encontram-se no extremo sul, como pode se observar na Figura 1, e localizam-se nas áreas de proteção aos mananciais referentes às represas Billings e Guarapiranga e estão inseridas também nas Áreas de Proteção Ambiental Bororé-Colônia e Capivari-Monos ou em seu entorno.

5 Os dados são do Cadastro do Produtor Rural (CPR) elaborado e fornecido pelo Departamento de Agricultura e Abastecimento do Município de São Paulo.

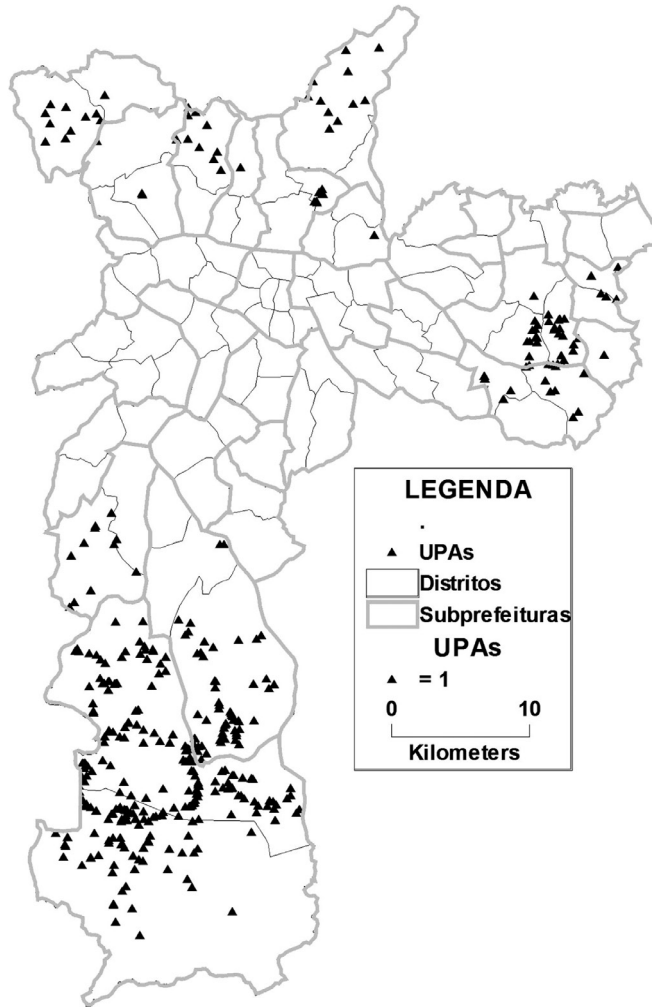


Figura 1. Unidades de Produção Agropecuárias no município de São Paulo.
 Fonte: VALDIONES, 2013.

Esses produtores, portanto, conduzem sua atividade produtiva em áreas de grande relevância ambiental, pois além de manter parte significativa dos remanescentes vegetais do município, trata-se da área produtora de um terço da água que abastece São Paulo.

Em contraposição às restrições impostas pela legislação das áreas de proteção e recuperação dos mananciais, a maioria das unidades de produção ali

instaladas desenvolve uma agricultura baseada no sistema convencional de produção, com o uso de agroquímicos e práticas inadequadas do ponto de vista da conservação dos solos e recursos hídricos.

As unidades de produção agropecuárias (UPAs) no extremo sul têm áreas maiores do que a média das propriedades nas demais regiões do município, com um intervalo que varia de 0,1 hectare a mais de 100 hectares, sendo a mediana de 7,3 hectares. As principais culturas são as hortaliças e as plantas ornamentais. Os agricultores do extremo sul possuem quantidade relativamente maior de maquinários e equipamentos. Entretanto, Carvalho (s.d.) afirma que os maquinários empregados na região sul, especificamente na área da APA Capivari-Monos, geralmente são antigos, indicando a descapitalização dos produtores.

Muitos dos produtores da área norte do município, por sua vez, estão localizados nas imediações da Serra da Cantareira, destacando-se os descendentes de portugueses e japoneses que se instalaram ali desde o início do século 19. Ao longo dos anos, esses produtores adaptaram a horticultura às condições adversas do meio, como à elevada declividade, sendo diferentes hortaliças o foco ainda da produção. A maioria das UPAs tem até cinco hectares, e desenvolve uma agricultura com pouco apoio de maquinário e equipamentos e comercializando a produção com o Centro Atacadista e o consumidor final diretamente. Atualmente, parte dos agricultores dessa região apresenta uma situação incerta, devido à implantação do Trecho Norte do Rodoanel Mário Covas, obra de infraestrutura urbana que poderá desapropriá-los.

Na região norte do município ainda existem suinocultores que praticam a atividade há mais de trinta anos no bairro Jardim Damasceno nas encostas da Serra da Cantareira. Ali, a criação de suínos é feita com a utilização de restos de comida recolhida nos restaurantes e lanchonetes das áreas centrais da cidade. Desenvolvem, portanto, uma atividade de criação de animais atrelada à coleta de resíduos urbanos, semelhante ao apresentado por Santandreu et al (s.d.) em Montevideu. Essa modalidade de AUP segue invisível aos olhos do poder público e suscita conflitos quanto à regularização da atividade, o que implica na manutenção dos impactos ocasionados pela inadequação e falta de assistência técnica. Além disso, essa atividade constitui fonte de riscos à saúde humana, tanto pela ausência de controles sanitários da carne ali produzida quanto pelo poder contaminante dos resíduos gerados.

Os produtores da porção leste de São Paulo, por sua vez, encontram-se localizados nas áreas administrativas das Subprefeituras de Itaquera e de São Mateus. A região de Itaquera na década de 1950 foi uma das maiores produtoras de pêssego da América Latina. Com a expansão urbana, a atividade agrícola retrocedeu, restando algumas unidades de produção que ainda se dedicam à fruticultura. A maioria das UPAs em Itaquera tem até cinco hectares e, além das frutas e hortaliças, existem alguns produtores que se dedicam à criação de pequenos animais, como as codornas. A produção é realizada com baixa utilização de maquinários e equipamentos agrícolas e a comercialização realizada geralmente diretamente com o consumidor final.

Os produtores de São Mateus praticam uma AUP substancialmente diferente. Desenvolvem uma agricultura urbana em pequenos espaços subutilizados do tecido urbano, ocupando áreas embaixo de linhas de transmissão de energia elétrica, em áreas de adutoras e em terrenos públicos cedidos. São áreas menores, com aproximadamente 300m², que são exploradas em regime de comodato. Os volumes da produção são pequenos, se comparados com os obtidos pelos produtores da zona leste, e sua destinação é principalmente para autoconsumo, comercializando os pequenos excedentes. A Casa de Agricultura Ecológica da Zona Leste é responsável pelo apoio tanto para a produção quanto para a comercialização.

Em relação às UPAS do município de São Paulo como um todo predomina a agricultura familiar e essa é a principal atividade econômica de quase 70% das famílias que a praticam. A carência de assistência técnica e extensão é a realidade da maioria das UPAs, sendo que os serviços oficiais chegam a apenas para uma pequena parcela dos produtores (11%). A insuficiência da assistência técnica e extensão diante da demanda da agricultura familiar são evidenciadas a nível nacional, restringindo as possibilidades das famílias em ter acesso a conhecimentos, resultados de pesquisas voltadas ao setor e as políticas públicas de modo geral, contribuindo para a ampliação da diferenciação e exclusão social (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2004).

Apesar do uso do solo nas UPAs variar de acordo com a região, a vegetação natural ocupa 37% da área total das unidades, uma porcentagem bastante significativa que incentiva a discussão sobre a função ambiental desempenhada por parte das UPAs. Para Bellenzani (s.d.), o uso agrossilvipastoril tem papel de destaque no extremo sul do município, uma vez que, sendo adequadamente

manejado, pode conciliar atividade econômica e conservação ambiental, evitando assim uma das principais ameaças a manutenção dos remanescentes florestais nessa região, que é a instalação de loteamentos irregulares.

Na zona norte esse aspecto também é importante, uma vez que as UPAs localizam-se em áreas próximas ou mesmo na própria Serra da Cantareira, e podem significar, dependendo das técnicas adotadas, um uso do solo menos intensivo e mais adequado à zona de amortecimento do Parque Estadual da Cantareira em comparação a urbanização que se estende aos limites do Parque, colaborando para a conservação da biodiversidade. Na zona leste, as UPAs também protegem os fragmentos contidos na APA do Carmo e protegem áreas verdes em regiões extensamente urbanizadas como São Mateus. No entanto, o incentivo às boas práticas agroambientais é necessário, apoiando a recomposição das APPs, a redução do uso de agroquímicos, a destinação correta das embalagens de agrotóxicos, o manejo adequado do solo, dentre outras ações que impliquem na melhoria da qualidade ambiental das propriedades e do entorno.

Diante desta função ambiental potencial da agricultura em São Paulo e do reconhecimento dos múltiplos papéis que a agricultura pode desempenhar no contexto urbano, diferentes atores têm auxiliado na conformação de políticas públicas voltadas à atividade, constituindo algum reconhecimento institucional à AUP.

As políticas públicas municipais voltadas para a agricultura são fruto de um processo recente ainda em curso, que busca influenciar a adequação ambiental dos sistemas produtivos com a adoção de boas práticas agroambientais, a criação de canais diretos de comercialização da produção a permanência de moradores na periferia e a organização de base dos produtores, dentre outros aspectos. Entretanto, ainda existem dificuldades técnicas e institucionais, sendo que o número reduzido de técnicos, a escassez de recursos e a falta de vontade política constituem-se em elementos que influenciam diretamente na execução das ações e políticas públicas voltadas à AUP em São Paulo.

O CINTURÃO VERDE NA REGIÃO DO ALTO TIETÊ

No Alto Tietê ainda podemos encontrar áreas agrícolas extensas e contínuas que justificam a sua denominação como Cinturão Verde. Verde, porque

ainda conta com remanescentes florestais e áreas de proteção aos mananciais, mas também porque ali encontramos uma agricultura ligada de forma dinâmica ao mercado.

As pequenas e médias propriedades rurais predominam na região que conta com uma estrutura edafoclimática variada, o que cria condições completamente diferentes em áreas muito próximas, permitindo a diversificação de culturas. O Rio Tietê cuja Bacia de planície dá origem a extensas áreas de várzeas, cortando a região de Leste a Oeste, conta com uma malha de cinco barragens. A Área de Proteção aos Mananciais abrange a metade Sul do território e contribui para conter o avanço do desmatamento, protegendo assim as cabeceiras hidrográficas e preservando o sistema de abastecimento de água.

Um elemento importante de caracterização da região consiste na presença significativa de uma população de origem japonesa que concentrou suas atividades de modo significativo na agricultura e de certa forma contribuiu para moldar a própria característica produtiva dessa região.

A instalação da primeira família de origem japonesa na região de Mogi das Cruzes no então bairro de Biritiba Mirim, atualmente cidade independente, ocorreu em 1915. Nessa época, a característica da agricultura era de subsistência com a atividade agrícola muito restrita, criação de galinhas e porcos e fornecimento de lenha para o mercado consumidor da cidade.

Com a finalidade de efetuar o pagamento da terra adquirida, as culturas escolhidas foram aquelas que apresentavam um ciclo rápido de crescimento, e assim a horticultura apresentou-se como uma das alternativas viáveis.

Os imigrantes de origem japonesa apresentavam características específicas de relacionamento social que se manifestaram na constituição de associações culturais e cooperativas que apresentaram um importante papel no apoio às atividades dos imigrantes e seus descendentes. Essas organizações basearam sua prática na realização de eventos comemorativos e no apoio aos trabalhos dos técnicos e entidades que trabalham diretamente com a agricultura, dinamizando o contato entre produtores e técnicos.

As cooperativas desempenharam um importante papel na difusão de técnicas agrícolas, apoio financeiro e infraestrutura de comercialização da produção agrícola e quando as duas principais (Cooperativa Agrícola Sul-Brasil e Cooperativa Agrícola de Cotia) faliram em 1994, isso teve um impacto extremamente negativo para grande parte dos produtores.

Entretanto, a forma de organização em associações focadas na cultura, esporte e agricultura (Kaikans), centralizadas através do Bunkyo, onde se coordenam as estratégias e se tomam as decisões que envolvem todas as associações dos bairros, persiste até hoje.

Segundo informações do “Projeto LUPA 2007/08: Censo Agropecuário do Estado de São Paulo”, existem nesses municípios aproximadamente 2900 UPAs. 83% delas apresentam menos de 10 hectares e a área plantada média dos cultivos temporários é de 4,2 hectares, tratando-se, portanto de pequenos e médios produtores. Trabalhadores permanentes e membros da família participam em porcentagens muito próximas do processo de trabalho (53% e 47% respectivamente).

A região do Alto Tietê apresenta quatro importantes cadeias produtivas: hortaliças, frutas, flores e cogumelos. Na produção de frutas a região se destaca nacionalmente na produção de caqui e de nêspera e é também o principal produtor nacional de cogumelos. Entretanto, a horticultura é a prática agrícola que ocupa a área mais extensa, o maior número de propriedades e ocupa a maior parte da mão de obra agrícola. Em função disso, concentraremos nossas atenções na cadeia produtiva de hortaliças em função de sua particular expressão na região em termos de área plantada e especialização dos produtores rurais.

Entre os produtores de hortaliças há os que cultivam concomitantemente grande número de espécies e os especializados no cultivo de uma cultura principal em termos de utilização da área cultivada, do tempo de trabalho disponível e também na formação da receita do estabelecimento, podendo haver uma cultura secundária de pequena importância.

A produção de hortaliças é extremamente fragmentada e pulverizada por uma grande quantidade de produtores em áreas agrícolas muito diferenciadas em termos de tamanho e aspectos do meio físico. Além disso, as hortaliças apresentam um ciclo vegetativo extremamente curto, o que leva alguns produtores a escalonar sua produção para ter sempre produtos disponíveis para comercialização.

Entretanto, a produção é muito afetada por fatores climáticos, sobretudo a presença de chuvas ou secas prolongadas, o que leva a considerar a informação sobre a dinâmica do tempo como estratégica e a utilização da irrigação artificial em grande número de propriedades, como forma de garantir retorno para os investimentos. Os produtos são altamente perecíveis, com a melhor qualidade justamente no momento da colheita, o que coloca como

necessidade a observação de procedimentos adequados para que a perda de qualidade seja minimizada até que o produto chegue ao consumidor final.

O mercado de consumo, sobretudo as redes de varejo, necessita de fornecimento que possa contar com uma ampla variedade de produtos diariamente. Com a tendência do processo de terceirização, as grandes organizações começaram a repassar várias funções para os seus antigos fornecedores. No setor supermercadista esse processo ocorreu de forma acelerada, e o papel de seus departamentos de compras se alterou de forma substancial.

Estruturam-se redes de fornecimento em que o produtor agrícola passou a ficar responsável pelo abastecimento dos estabelecimentos de todas as hortaliças, mesmo as que ele não produz, e compra de terceiros para fornecer para seus clientes contratuais. Essas redes de abastecimento compreendem então o processo de integração, embalagem e fornecimento direto, com exigências maiores em termos de qualidade do que aquela produção que é encaminhada para o CEAGESP e Feiras Livres.

No mercado, exige-se por contrato o fornecimento estável em relação ao volume, variedade e garantia de qualidade. A capacidade do produtor no atendimento a essas exigências é parte fundamental para a sua manutenção e competitividade dentro do processo comercial.

A comercialização das hortaliças produzidas na região do Alto Cabeceiras do Tietê, especificamente, nos municípios de Mogi das Cruzes, Suzano, Salesópolis e Biritiba-Mirim, ocorre através da transação direta com o pequeno varejo local ou próximo, aos supermercados regionais, pela venda às centrais de compras de redes de supermercados ou o produto chega ao varejo via atacadistas e intermediários. (SATO, nº 1, 2008).

No caso do setor supermercadista, que vem ampliando sua participação na comercialização dos produtos desse segmento, “frequentemente os contratos observados entre fornecedores e centrais de compras das grandes redes de autosserviço beneficiam as duas partes de forma bastante desigual, pelo poder de barganha exercido pelas redes.” (LOUREZANI, 2004).

Essas redes têm buscado empreender iniciativas no sentido de estabelecer alguns elementos relativos à coordenação da cadeia produtiva de hortaliças “por meio das exigências a respeito da origem dos produtos (rastreadabili-

de) e das exigências em qualidade. Isto faz com que os elos a montante trabalhem de forma mais coordenada para atender às necessidades do varejo.” (LOUREZANI, 2004).

As redes varejistas tem ampliado sua atuação relativa ao monitoramento dos processos produtivos de seus fornecedores. As maiores redes adotaram sistemas próprios de controle aos que os fornecedores devem se submeter, inclusive com o credenciamento e permissão para que as empresas de auditoria e certificação da rede tenham acesso às áreas de produção e seus registros, checando se o produtor cumpre os requisitos previamente estabelecidos.

Os itens monitorados abrangem todo o processo de produção e os procedimentos até a chegada do produto ao local de venda, averiguando-se a origem e produção das sementes e mudas, a utilização de fertilizantes e agrotóxicos, o controle da água de irrigação, as instalações de armazenamento dos insumos, os procedimentos de colheita e pós-colheita, as condições de trabalho, os aspectos ambientais e a relação com terceiros (fornecedores que complementam em número e variedade os itens que devem ser entregues à rede).

Por outro lado, os produtores também têm se movimentado no sentido de estabelecer padrões negociados de comercialização e controle do processo produtivo. Um exemplo dessa tendência pode ser encontrado na constituição e atuação da Aphortesp que “trabalha na transferência de capacitação para um número específico de associados juntamente com seus parceiros (médios e pequenos produtores).” (CARVALHO, 2008). Trata-se, efetivamente, de uma associação de produtores e processadores de hortaliças que estabeleceu contatos e negociações coletivas com o varejo, ao invés da manutenção apenas de contatos bilaterais de cada produtor.

A dimensão alcançada por esse formato de relações técnico comerciais pode ser melhor avaliada através da informação da abrangência do grupo. No topo, temos 10 associados que são produtores e processadores baseados na região do Alto Tietê e de Ibiúna. Somam-se a eles mais de 700 produtores parceiros e fornecedores, perfazendo uma área total de produção de aproximadamente de 1.500 hectares. Entregam seus produtos para 1.800 lojas e 250 cozinhas industriais, utilizando 200 caminhões diariamente.

A partir de 2008 a associação implementou uma parceria com a Associação Paulista de Supermercados, APAS, formatando processos de entrega, apresentação e garantia de qualidade dos produtos de forma pactuada, levando

a um controle de qualidade mais efetivo e caminhando no sentido da implantação da rastreabilidade total e estabelecendo os rumos no caminho da certificação. (www.aphortesp.com.br/aphortesp.html) acessado em 07/2013.

Portanto, podemos concluir que a produção hortícola dessa região é fundamentalmente articulada com o mercado e os produtores se vinculam a ele na maior parte das vezes de forma individual, atuando de acordo com sua dimensão de produção e capacidade de articulação com sua rede de escoamento que tanto pode ser a venda direta ao consumidor, a venda às centrais de abastecimento ou através de contratos com redes varejistas.

Esse último tipo de articulação tem aumentado muito sua importância no processo de comercialização e, do ponto de vista do mercado, articula uma quantidade enorme de produtores substituindo de certa forma a função que as cooperativas exerciam anteriormente. De certa forma, pois as funções de apoio técnico, financeiro e de compras em conjunto não fazem parte dessa nova forma de articulação.

Além do mais, na medida em que as redes varejistas ampliam as exigências para os seus fornecedores, uma grande quantidade de produtores sai do sistema por não ter interesse em se subordinar às práticas exigidas ou mesmo por não ter condições técnicas nem financeiras de estruturar de forma adequada seus processos produtivos. Tornam-se assim, fornecedores do fornecedor.

Como a maioria da produção da região caracteriza-se pela adoção de seus processos produtivos majoritariamente dentro dos parâmetros da agricultura convencional com a utilização de agroquímicos, o seu controle tem sido objeto de pressões da sociedade e preocupações, não só das redes de comercialização, mas também de órgãos governamentais que atuam no setor.

Uma dessas preocupações levou à formulação e implementação do Sistema Agropecuário de Produção Integrada (SAPI) pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

A Produção Integrada é um sistema que emprega tecnologias que permitem a aplicação de Boas Práticas Agrícolas (BPA) e o controle efetivo de todo o processo produtivo, através de instrumentos adequados de monitoramento dos procedimentos e rastreabilidade em todas as etapas, desde a aquisição de insumos até a oferta do produto ao consumidor final.” (ANDRIGUETO, 2006).

Entretanto colocam-se dúvidas em relação à abrangência e alcance da implantação desses processos, sobretudo em relação a seus custos. “As iniciativas isoladas dessa proposta de produção integrada, embora importantes, não alcançam os objetivos propostos, devido aos altos custos de sua instalação, gestão e certificação.” (TARREGA, 2009). As dúvidas que se colocam residem no estabelecimento de barreiras à entrada e a dificuldade ou impossibilidade de acesso aos pequenos agricultores, aqueles que somente podem se inserir nesse processo desde que associados aos grandes produtores e processadores, como mencionado anteriormente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A expansão das áreas edificadas da metrópole, assim como o aumento exponencial de sua população, ao mesmo tempo em que quase extinguiu os ares de ruralidade de seus interstícios, criou e ampliou um grande mercado consumidor de produtos agrícolas, entre eles os hortifrutigranjeiros que se caracterizaram ao longo do tempo por apresentarem áreas de produção adjacentes à cidade.

Do antigo cinturão de chácaras em que os próprios produtores se encarregavam da comercialização de seus produtos em sistemas de mercado, sobretudo locais, à constituição do Cinturão Caipira, áreas um pouco mais afastadas do centro urbano em que os agricultores praticavam uma agropecuária diversificada e comercializavam seus excedentes e à própria extinção desse cinturão com a expansão da mancha urbana, passaram-se poucas décadas de intensa transformação espacial.

As áreas agrícolas vão então se deslocando para localizações mais afastadas, mas persistem em seus interstícios ou porque estão em áreas de preservação ambiental, ou porque utilizam terrenos públicos ou particulares cedidos para a produção agrícola em que o principal objetivo não é o de abastecimento do mercado, mas a produção para autoconsumo e a complementação de renda dos próprios produtores.

Mas o consumo da grande massa de habitantes da região exige uma produção muito mais volumosa e as áreas próximas à aglomeração urbana se consolidam como produtoras e fornecedoras, sobretudo de produtos hortícolas, passando a se estruturar em formas empresariais modernas, utili-

zando tecnologias que garantem a produtividade, apelando em sua grande parte para a prática da agricultura convencional.

Em relação à comercialização dos produtos hortícolas, observa-se o aumento expressivo da participação das redes varejistas em detrimento da destinação da produção através das centrais de abastecimento e da comercialização em feiras livres. Essas redes estabelecem então sistemas de fornecimento que levam à constituição de sistemas empresariais concentrados de produtores agrícolas e seus fornecedores em rede.

A mudança espacial então se concretiza, não apenas em relação à mudança de lugar das práticas agropecuárias, mas sobretudo, pelas alterações nas relações sociais de produção que ocorreram no espaço tempo referido.

REFERÊNCIAS

ANDRIGUETO, J.R. et alli. **Avanços da Produção Integrada no Brasil**, Anais do V Seminário Brasileiro de Produção Integrada de Frutas, Incaper, Vitória, 2006.

BELLENZANI, M. L. **APA Municipal Capivari-Monos e Legislação de Proteção aos Mananciais na Região Metropolitana de São Paulo: estratégias complementares**. s.d. Disponível em: www.ambiente.sp.gov.br/cea/files/2011/12/MariaB.pdf . Acesso em: 07/2013.

BRITTO, E. **São Paulo Tramway Tremembé**. Ed. Pracom, São Paulo, 1999.

CARVALHO, K. L. **Gestão da Cadeia Produtiva da Alface: uma análise sobre a inserção do produtor rural**. Dissertação de mestrado, Escola Politécnica da USP, Departamento de engenharia de produção, 2008. Disponível em www.pro.poli.usp.br/publicacoes/dissertacoes, acessado em 07/2013.

CARVALHO, Y. M. C. de. (coord.). **Diagnóstico da agricultura na zona sul paulistana (APA Capivari Monos)**. São Paulo, SP, s.d. Disponível em: <ftp://ftp.sp.gov.br/ftpiea/capivari.pdf>. Acesso em: 03/2012.

FERNANDES, E. N. **O rural e o agrícola na Metrópole**. II Encontro de Grupos de Pesquisa. Agricultura, Desenvolvimento Regional e Transforma es Socioespaciais. Uberlândia, UFMG2006.

_____ **Reprodução de pequenos agricultores no espaço metropolizado paulistano: uma análise da porção sul do município de São Paulo, 2008.** Dissertação de Mestrado – Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

FERRAZ, I. V. R. F. **Ações coletivas e Movimento ambiental em prol da Cantareira: 25 anos de resistência.** Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

LANGEBUCH, J. R. **A estruturação da Grande São Paulo: estudo de Geografia Urbana.** Tese de doutorado, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro, Universidade de Campinas, 1968.

LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno.** São Paulo: Ática, 1991.

_____ **O direito à cidade.** São Paulo, Centauro, 2008.

LOURENZANI, A. E. B. S. e Silva, A. L. **Um estudo da competitividade dos diferentes canais de distribuição de hortaliças,** Gestão & Produção, v.11, n.3, UFSCar, 2004.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Política de Assistência Técnica e Extensão Rural.** Brasília, 2004. Disponível em <http://comunidades.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/ater/Pnater.pdf>. Acesso em: 01/2013.

MONTE-MOR, R. L. **O que é o urbano, no mundo contemporâneo.** Ce-deplar, Universidade Federal de Minas Gerais, 2006.

OLIVEIRA, A. U. **São Paulo: dos bairros e subúrbios rurais às bolsas de mercadorias e de futuros.** In: CARLOS, A. F. A. e OLIVEIRA A. U. (Orgs.). **Geografias de São Paulo: a metrópole do século XXI.** São Paulo: Contexto, 2004.

SANT'ANNA, D. B. **Cidade das águas - Usos de Rios, Córregos, Bicas e Chafarizes em São Paulo (1822- 1901),** Ed. SENAC, São Paulo, 2007.

SÃO PAULO (Estado). **Levantamento censitário de unidades de produção agrícola do Estado de São Paulo - LUPA 2007/2008.** São Paulo: SAA/CATI/IEA, 2008. Disponível em www.cati.sp.gov.br/projetolupa. Acesso em 07/2013.

SATO, G. S. et alii. **Uma abordagem sobre a comercialização de hortaliças produzidas na região do Alto Tietê,** Informações Econômicas, IEA, São Paulo, v.38, n.1, jan. 2008.

SEABRA, O. C. **São Paulo: a cidade, os bairros e a periferia.** In: Carlos, A. F. A. e Oliveira, A. U. (Orgs.). Geografias de São Paulo. Representação e crise da metrópole. São Paulo: Contexto, 2004.

SILVA, L. S. **Proteção ambiental e expansão urbana: a ocupação ao sul do Parque Estadual da Cantareira.** Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: www.teses.usp.br/teses/disponiveis/90/90131/tde-23112011-141803. Acesso em 02/013.

TARREGA, M. C. V. B. et alii. **Política agrícola e Produção Integrada.** Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás, GV. 33, Goiânia, nº 1, 2009.

VALDIONES, A. P. G. **Panorama da Agricultura Urbana e Periurbana no município de São Paulo.** Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.